

Resumo de Aviso do Plano Anual de Avisos

Aviso a publicar em: -

Natureza do aviso: Concurso

Âmbito de atuação: Operação

Designação do aviso

Execução da EDL do GAL ADELIAÇOR MAR - Promover o ordenamento do espaço marítimo e reforçar a resiliência costeira

Finalidades e objetivos

- a. Requalificar o espaço marítimo com recurso a soluções baseadas na natureza;
- b. Desenvolver infraestruturas verdes que preservem a biodiversidade, os ecossistemas costeiros e as paisagens.

Programação

Programa	Programa MAR2030
Prioridade do Programa	3 - Promoção do desenvolvimento de uma economia azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores e fomento do desenvolvimento das comunidades piscatórias e de aquicultura
Objetivos específicos	FSO3.1 - Desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias
Tipologia de ação	FSO3.1-02 - Execução da Estratégias de Desenvolvimento Local
Tipologia de intervenção	FSO3.1-02-01 - Execução da Estratégias de Desenvolvimento Local
Tipologia de operação	8527 - Investimentos específicos para melhorar os habitats aquáticos e a biodiversidade

Dotação Indicativa

Programa	Fundo	Dotação Fundo	Taxa Máxima Cofinanciamento	Financiamento Nacional	Dotação Nacional	Total
MAR2030	FEAMPA	22 647,00 €	70,00%	OR	9 706,00 €	32 353,00 €
Total		22 647,00 €	-		9 706,00 €	32 353,00 €

Enquadramento em instrumentos territoriais

Instrumento Territorial: DLBC - MAR

Enquadramento:

Região

Região Autónoma dos Açores.

Período de candidaturas

1º Quadrimestre 2025 a 1º Quadrimestre 2025

Observações

A área geográfica de intervenção abrange todas as freguesias das ilhas de S.Jorge, Pico, Faial (exceto a freguesia dos Flamengos), Flores e Corvo da Região Autónoma dos Açores:

Modalidade de apresentação

Individual.

Legislação nacional

Este Aviso tem política pública regulada ou contribui para Agenda ou Estratégia Nacional?

O setor das pescas é regulado pela Política Comum das Pescas da União Europeia, que inclui a Organização Comum dos Mercados dos Produtos da Pesca e da Aquicultura

Este Aviso tem Regulamentação Específica?

Portaria 186/2023 de 3 de julho alterada pela Portaria 328-A/2023 de 30 de outubro

Ações elegíveis

Desenvolvimento e valorização dos produtos e recursos endógenos e infraestruturas locais

Tipificação Entidade beneficiária

Pública.

Entidades beneficiárias (incluindo destinatários, quando relevante)

Autarquias locais e Lotaçor

Outras observações

-